

SAÚDE DO TRABALHADOR

O FEED DA LUTA

Nos últimos 32 anos, a rede de Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest), atendeu mais de 19 mil trabalhadores com prontuário e realizou centenas de fiscalizações nas empresas



Mirian Pedrollo Silvestre

“**N**em todas (fiscalizações) foram exitosas, mas temos centenas de empresas nas quais a equipe do Cerest foi, fiscalizou”, contou a médica Mirian Pedrollo Silvestre, do Cerest-Campinas, na mesa Saúde do Trabalhador: expressão do conflito capital versus trabalho. Juntamente com o professor e médico Francisco Antônio de Castro Lacaz e Gilberto Almazan, do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região, Mirian fez um relato sobre a evolução, no Brasil, da estrutura de atendimento do trabalhador que se acidenta, ou adoece, e das metas que norteiam a prevenção.

Esse relato foi uma das boas repercussões da edição de 2019 do Congresso. Mediada por Eduardo Bonfim, coordenador técnico do Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (DIESAT), a mesa atraiu um dos maiores públicos da edição, segundo alguns participantes entrevistados, porque trazia informações de que sentem falta e que consideram importante saber na hora “de falar com as bases”. Destacamos três grandes lutas travadas nesses 32 anos no Brasil, importantes porque além de vitoriosas, indicam um caminho.

O primeiro relato, o caso da Eletrocloro, aconteceu em um contexto de grandes movimentações políticas no país. Foi em 1988, ano da Constituição Cidadã, que reconheceu saúde, previdência e assistência social

como direitos do cidadão. Nesse ano, em fevereiro, é incluída na Norma Regulamentar nº1, a obrigação, pelas empresas, de entregar os resultados de exames médicos aos trabalhadores examinados e expor publicamente, o das avaliações do ambiente. A publicação é resultado da luta dos trabalhadores da indústria química que, desde 1987, enfrentavam a manipulação do departamento médico. O governo Bolsonaro alterou a NR 1 esse ano.

No mesmo ano, empresas que usam amianto aderem a normas de segurança da Convenção 162 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e passam a realizar exames médicos nos trabalhadores, um marco na luta pelo banimento desse material, altamente nocivo a quem lida diretamente com ele, e que ainda não acabou. E encerrando a lista, o caso Shell, uma grande vitória não apenas dos trabalhadores, mas de toda a comunidade, que por 20 anos lutou e enfrentou o descaso da empresa. Os três casos relatados aqui também estão contados em vídeos no nosso canal do Youtube. ◀



FOTO: reprodução: Revista Trabalho & Saúde - Junho/87 - DIESAT



MOBILIZADOS: Funcionários na porta da Eletrocloro em campanha que obrigou a empresa a entregar os resultados de exames

A primeira vitória

Em 1987, o Sindicato dos Químicos do ABC, na Grande São Paulo, usa um documentário para denunciar a contaminação por mercúrio dos funcionários da Eletrocloro. O documentário ganhou o título A Ponta do Iceberg, produzido pelo sindicato com apoio da Comissão de Saúde e Trabalho (Comsat) e traz o registro de uma reunião entre sindicato e empresa, em que o empresário tenta culpar os próprios trabalhadores pelo adoecimento e admite que não respeitava as leis trabalhistas brasileiras. A primeira vitória feita pela Delegacia Regional do Trabalho no departamento médico da empresa encontrou resultados de exames, realizados naquele mesmo ano nos 210 trabalhadores da unidade apontada como o coração da empresa e onde ocorria a maior exposição ao metal, que comprovavam a contaminação de 79 funcionários.

O reconhecimento do problema e a solução que se chegou são resultados de uma mobilização coordenada entre vários atores, que começa no sindicato e envolve o Diesat, diversas instituições de pesquisa (Instituto de Saúde, Universidade de São

Paulo, Fundacentro), serviços de saúde (Programa de Saúde do Trabalhador do ABC, Centro de Referência de Saúde do Trabalhador de São Bernardo do Campo) e do setor do trabalho. As avaliações e fiscalizações concluíram que havia presença de mercúrio acima dos limites permitidos em 60% dos funcionários. Exames de urina feitos em laboratório independente mostraram presença acima do limite de mercúrio no sangue de 79 (37,6%) dos 210 trabalhadores da Unidade Eletrolítica desde 1986, com indicação de afastamento imediato.

A intoxicação crônica pelo mercúrio metálico (Hg⁰), conhecida como hidrargirismo ou mercurialismo, se dá pela absorção dos seus vapores pela pele íntegra e vias respiratórias e o quadro clínico é ligado ao sistema nervoso central, com a ocorrência de alterações de personalidade, irritabilidade, insônia, diminuição da atenção e alteração da sociabilidade, podendo chegar à perda de memória recente, labilidade emocional, ansiedade, tremor de extremidades.

Esse caso foi referência para a elaboração de estratégias de ação para as empresas do ramo químico e, em particular, para o problema da poluição ambiental dessas

indústrias e ainda hoje é objeto de estudo em programas de pós-graduação na área de epidemiologia em saúde pública. Logo em seguida, na década de 1990, alguns Estados do país, como o Rio de Janeiro, proibem a instalação e ampliação de fábricas que produzem cloro-soda com base no mercúrio e foi lançado o Programa Nacional para Eliminação do Mercúrio (Pronaem), de vistoria e disciplinarização das empresas que utilizam o metal. Desse programa surgiu a Campanha Global Mercúrio Zero, lançada para alertar a população sobre os riscos causados pelo mercúrio e exigir o banimento do seu uso.

Em 2006, a Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo publicou recomendação técnica para substituição de equipamentos que utilizam mercúrio e em 2007 foi lançada a “Campanha Internacional para Eliminação do Mercúrio no Setor Saúde”. ◀

PONTA DO ICEBERG - Documentário sobre intoxicação por mercúrio na Eletrocloro, empresa química com sede em Santo André, produzido em 1987 como um projeto cultural da Comissão de Saúde e Trabalho (Comsat) e assistência técnica do Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (DIESAT).